

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO 1. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

1.1. Problemática e Contextualização

A questão da formação de professores, na área da educação especial e inclusão, tem sido nos últimos tempos, objecto de várias pesquisas e estudos. Alguns autores demonstram que as actividades de formação contínua na área da educação especial, são importantes para a inclusão de alunos com NEE. Entre outros citamos os nomes de Ainscow (1991), Fabre (1994) Ana Maria Bérnard da Costa (1996), Philippe Perrenoud (1996), Correia (1997) e Nóvoa (2002).

Segundo estes autores, a formação contínua de professores, promove a qualidade de ensino/aprendizagem bem como uma maior interacção entre os actores da relação pedagógica contribuindo decisivamente para a inclusão de alunos com NEE no contexto escolar.

A integração e inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) no sistema regular de ensino tem vindo a sofrer mudanças sucessivas, consequência de várias reformas que se têm vindo a suceder.

No entanto, a formação contínua dos professores do ensino regular, visando estas referidas mudanças, não têm estado no centro das preocupações das entidades, do nosso sistema educativo, a quem são cometidas atribuições nesta matéria, embora estas reformas remetam os docentes para o desempenho de competências específicas, sempre que têm alunos com NEE integrados nas suas turmas.

Considerando que a inclusão/integração escolares destes alunos não deve depender apenas da legislação que a justifica e lhe dá suporte legal, é indispensável que estes

docentes – actores essenciais para o desenvolvimento desse processo, como de resto, os próprios normativos reconhecem – se sintam capazes de responder às funções que dela resultam.

Por outro lado, uma correcta inclusão/integração escolar dos alunos portadores de NEE depende do sistema de crenças, ou de atitudes dos seus professores, sendo também necessário que toda a escola esteja desperta para a diferença, promovendo constantemente uma nova mentalidade e atitude, com o objectivo de proporcionar uma resposta global e contextual, que responda às características de cada indivíduo.

Neste sentido, é importante questionar quais as expectativas em relação ao desempenho dos docentes do ensino regular e do apoio educativo bem como as dificuldades sentidas na prática por estes docentes no trabalho com alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Foram estas questões que estiveram na base do nosso estudo, a que procuraremos responder nesta segunda parte do nosso trabalho.

1.2. Objectivos

Decidiu-se focalizar a atenção nas representações de docentes do ensino regular e dos apoios educativos que exercem as suas funções no 1º ciclo.

Optámos por realizar o nosso estudo com participantes de escolas dos concelhos de Serpa, Moura e Barrancos, porque são um grupo pouco ouvido em termos das suas preocupações dado estarem a exercer as suas funções no interior do país, muitas vezes em escolas isoladas, com dificuldades de acesso a acções de formação. Por outro lado,

por trabalharmos há muitos anos nesta zona e procurarmos, deste modo, ter a oportunidade de compreender a visão destes actores sobre a matéria que constitui a nossa investigação.

Na acepção do conceito de **necessidades** por nós adoptado, ou seja, as dificuldades, as limitações, as carências, os problemas e as expectativas sentidas pelos professores (Montero;1987, citado por Garcia, 1999), isto é, “*as representações construídas mental e socialmente pelos sujeitos num dado contexto*” (Estrela et al 1998: 130) e seguindo os pressupostos de base deste estudo, procurámos saber junto dos professores do ensino regular e dos professores destacados no Apoio Educativo pelo Despacho 105/97:

- Como se situam e lidam com a integração dos alunos com NEE;
- As dificuldades que encontram na sua prática pedagógica;
- As lacunas que sentem na sua formação;
- As expectativas que têm em relação à formação contínua.

Ainda no âmbito da investigação em curso, temos como objectivo avaliar a relação entre a formação de professores dos apoios educativos e a integração/inclusão de alunos com NEE; recorrendo a pesquisa bibliográfica/análise documental, para descrever e sistematizar os conceitos e abordagens fundamentais associados ao tema, por forma a estabelecer uma base de entendimento sobre o problema em causa, e com a finalidade de se constituir um enquadramento teórico desejado para todo o trabalho.

1.3. Modelo de Investigação

Segundo Herman (1994), a metodologia é “ (...) *um conjunto de directrizes que orientam a investigação científica.*” (Herman cit. por Lessard - Hérbert 1994: 15), e que podem inserir-se em diferentes modelos e paradigmas que subentendem a pesquisa científica.

O modelo metodológico no qual se insere esta investigação é um modelo algo híbrido pois é um estudo descritivo/exploratório, de carácter quanti-qualitativo, em que se procuram esbater, na esteira de vários autores (Denzin e Lincoln, 2000; Green e Hill, 2005; Punch, 2002) fronteiras entre modelos e técnicas de investigação de modo a uma compreensão mais aprofundada dos fenómenos em análise.

As técnicas e instrumentos utilizados (entrevista e questionário com perguntas abertas e fechadas) para a recolha de dados, bem como os procedimentos para o tratamento dos dados (tratamento estatístico e análise de conteúdo) são ilustrativos deste diálogo paradigmático na nossa investigação.

A pesquisa que desenvolvemos é, pois, um estudo exploratório, e tal como opina Gil (1989: 45) “(...) *é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis*”.

Em relação a este tipo de estudos, Gil (1989: 44) refere, ainda, que “*as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vista à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores*”. De acordo com o mesmo autor, as pesquisas descritivas são aquelas que apontam para estudar as características de um grupo, o nível

de atendimento de uma comunidade, levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população ou, permitem mesmo descobrir a existência de associação entre variáveis, possibilitando obter informação mais completa e mais concreta acerca de um determinado fenómeno.

Em relação a este tipo de investigação Trivinos (1990: 109) menciona que “...os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar a sua experiência em torno de determinado problema”.

Contudo na opinião de Quivy e Campenhoudt (1998: 157) “é preciso *circunscrever o campo das análises empíricas no espaço, geográfico e social e no tempo*”, o que condiciona o investigador no estudo de uma população ou de uma amostra dessa população.

Este tipo de abordagem metodológica produz resultados com base em observações, na inquirição das pessoas (através de entrevistas e questionários), sem esquecer o contexto da situação, bem como os episódios antecedentes, e planos futuros, podendo originar teorias para futuras pesquisas.

A análise quantitativa, a que procedemos, permite quantificar as características e o significado das experiências humanas como base na intensidade das opiniões e das atitudes dos indivíduos. Por seu turno, a abordagem qualitativa permite identificar as características e o significado das experiências humanas descritas pelos indivíduos.

É neste contexto que se enquadra a realização do presente estudo dado que pretendemos questionar uma comunidade, os professores de Primeiro Ciclo dos concelhos de Serpa,

Moura e Barrancos, saber as suas opiniões, atitudes e crenças em relação à formação contínua e à integração de alunos com NEE.

Não nos parece adequado a elaboração de hipóteses de investigação, dado que se trata de um estudo exploratório em que não se pretende, parafraseando Fortin (1994: 101), a verificação de uma teoria, e também porque o nosso propósito é de cunho mais prático daí termos optado por este tipo de estudo, pois que, segundo Gil (1989: 46) “(...) *as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores preocupados com a actuação prática.*”

1.4. Sujeitos

A uma amostra compete representar a população total do universo. Ao formarmos uma amostra estamos a designar uma parte da população, com o objectivo de permitir deduzir acerca do seu conjunto.

As inferências conseguidas podem também ser condicionadas pelo tipo de amostras e de grupos considerados na investigação.

Os parâmetros obtidos na estatística que se podem calcular são muitas vezes influenciados pelo grau de homogeneidade ou heterogeneidade dos grupos nas características avaliadas.

Desta forma e segundo Nicholson (2002), o tamanho da amostra condiciona a investigação pois quando uma amostra é muito pequena, podem surgir dificuldades na generalização de eventuais diferenças encontradas. Desta maneira a amostra deve ser, sempre que praticável, representativa da população total ou universo. Pois tal como

referem Ghiglione e Matalon, (1992: 186), “quando aumentamos a dimensão da amostra temos mais possibilidades de descobrir relações mais ténues”

No presente estudo não foi seleccionada uma amostra da população constituída por todos os professores do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, destacados ao abrigo do Despacho 105/97 e todos os professores titulares de turma, das escolas dos concelho de Serpa, Moura e Barrancos.

Abarcámos a totalidade da população devido ao reduzido número de indivíduos que dela fazem parte.

De acordo com o Quadro n.º 1, verificamos que foram distribuídos 77 inquéritos por questionário a professores titulares de turma, 21 a professores de apoio, num total de 98 questionários. Desse total podemos verificar que foram devolvidos 63 questionários de professores titulares de turma e 17 de professores de apoio, num total de 80 questionários que retornaram.

QUADRO N.º 1 – População e Amostra

População	Inquéritos distribuídos	Retorno
Prof. Titulares de Turma	77	63
Prof. de Apoio	21	17
Total	98	80

1.5. Instrumento de Recolha de Dados

Tendo em vista a recolha de dados, com o objectivo de conhecer a opinião dos professores que exercem as suas funções nos concelhos de Serpa, Moura e Barrancos, utilizámos, numa primeira fase (fase exploratória) a entrevista semi-directiva e o questionário.

No que concerne à entrevista importa sublinhar, desde logo, que se trata de uma técnica muito pertinente para a obtenção de informação sobre as concepções dos indivíduos, as suas expectativas, as suas vivências, os seus conhecimentos e as suas explicações sobre determinados factos ou sobre acontecimentos anteriores.

A entrevista permite ao entrevistador a recolha de informações mais fidedignas, porque para além das palavras poderemos recolher também visualmente as impressões deixadas transparecer pelo interlocutor, parecendo-nos uma técnica bastante rica e bastante próxima da realidade, adaptando-se às pessoas e às circunstâncias em que se desenrola a entrevista. Dá também a possibilidade de presenciar a expressão corporal, o tom da voz, e a ênfase atribuída às respostas pelo entrevistado.

Ela possibilita ao sujeito entrevistado falar francamente, empregando a terminologia pretendida e o seguimento que entender.

Ghiglione e Matalon (1992: 64) consideram a entrevista como sendo “(...) *uma conversa com um objectivo*”. Já Bogdan e Biklen (1994: 136) referem que “*as boas entrevistas caracterizam-se pelo facto de os sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista (...)*”.

No que respeita à entrevista, como técnica de recolha de dados, Selltiz (1989) opina que “ (...) *é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (...)*” (Selltiz cit. por Gil, 1989: 113).

No que diz respeito ao inquérito por questionário (instrumento adoptado neste estudo), trata-se de uma técnica que integra um conjunto de questões sobre um problema, previamente elaborado para ser respondido por um determinado sujeito, por escrito ou oralmente. Tal como refere Ribeiro (2001: 236) a observação que é efectuada através desta técnica baseia-se fundamentalmente em representações. Este tipo de instrumentos permitem mensurar (através da introdução de escalas, como as de Likert) a intensidade da opinião dos inquiridos.

A construção do questionário deve ser envolvida da máxima precaução, pois como referem Ghiglione e Matalon (1992: 119), “*A construção do questionário e a formulação das questões constituem, portanto, uma fase crucial do desenvolvimento de um inquérito, (...) qualquer erro, qualquer inépcia, qualquer ambiguidade, repercutir-se-á na totalidade das operações ulteriores, até às conclusões finais*”.

Comparando com outras técnicas, o inquérito por questionário tem vantagens mas apresenta também algumas limitações.

Podemos considerar, desde logo, que em relação às vantagens esta técnica de inquérito oferece-nos uma grande economia em termos de tempo na recolha de informações. Por outro lado, na fase da recolha de informações, o inquiridor não exerce influência sobre o

respondente e o anonimato é assegurado. Este instrumento facilita o acesso a amostras de grande representatividade, quer em relação ao número de inquiridos quer em relação à área geográfica estudada, permitindo a quantificação e uma variedade de informações. As questões fechadas facilitam também o tratamento dos dados.

Podemos, no entanto, referir que a credibilidade dos dados obtidos comporta algumas limitações devido, entre outros aspectos, à ordenação rígida das questões e à tendência (também presente nas entrevistas) do inquirido procurar responder às expectativas do investigador.

1.5.1. Construção do Instrumento de Recolha de Dados

A construção do questionário adoptado no presente estudo teve em conta as vantagens referidas por Gil (1989: 125) “*Possibilita atingir um grande número de pessoas (...) garante o anonimato. (...) não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador.*” Procurámos também seguir as recomendações referenciadas por Ghiglione e Matalon (1993: 115) “*(...) Para construir um questionário é, obviamente necessário saber com exactidão o que procuramos, garantir que as questões tenham o mesmo significado para todos, que os diferentes aspectos da questão tenham sido bem abordados.*”

No nosso estudo adoptámos um procedimento que visou saber em rigor qual ou quais as questões a colocar aos sujeitos a serem inquiridos. Assim, começámos por proceder a leituras no âmbito da temática que nos propusemos tratar. Seguidamente fizemos entrevistas de carácter exploratório a quatro especialistas, sobre o tema da nossa

investigação e a três elementos da Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos (ECAE) do Alentejo Interior. Através da análise ao conteúdo das entrevistas exploratórias e da literatura revista foi construído uma primeira versão do questionário (vide anexo I).

Antes da aplicação desta primeira versão procurámos obter junto destes especialistas a sua apreciação sobre a estrutura, a compreensão e pertinência das questões deste instrumento e a sua adequação ao nosso objecto de estudo. Pretendemos que os especialistas expressassem a sua opinião acerca da clareza, objectividade e ambiguidade das questões previamente elaboradas, a partir da qual foram feitas algumas sugestões e alterações.

Depois de ouvida a opinião destes técnicos especializados aplicámos uma segunda versão do questionário (vide anexo II) a uma pequena amostra de indivíduos, na perspectiva da pré-testagem deste instrumento. Esta amostra, definida aleatoriamente, foi constituída pelos indivíduos do nosso grupo de estudo, três dos professores destacados ao abrigo do Despacho número cento e cinco de mil novecentos e noventa e sete, e sete professores titulares de turma. Após a aplicação do pré-teste verificámos não existirem dificuldades relacionadas com o seu preenchimento, não existindo necessidade de serem realizadas alterações.

No final de todo este processo resultou um instrumento, que perante a concordância do orientador, foi adoptado como instrumento definitivo para a recolha de dados deste estudo. Conforme se pode verificar através da observação do Anexo II, o mesmo é constituído por questões abertas e fechadas.

1.5.2. Descrição do Instrumento de Recolha de Dados

Na apresentação do questionário foram incluídos os seguintes aspectos: nome da instituição, apresentação sucinta da natureza geral do questionário, razão da aplicação, pedido de colaboração, garantia de anonimato e confidencialidade do questionário.

No seu conjunto este instrumento é composto por duas partes, num total de vinte e três questões, sendo possível distinguir quatro blocos.

As primeiras seis questões, formam o primeiro bloco, são questões objectivas referentes à idade, ao género, ao tempo de serviço, ao número de anos em funções de apoio educativo e à instituição de formação inicial. O primeiro bloco é constituído por seis perguntas fechadas relativas aos itens atrás mencionados. As questões fechadas, segundo Sousa (1998: 53) “*não devem comportar qualquer ambiguidade e devem ser de fácil compreensão*”. No entanto as mesmas poderão manifestar risco de induzir a uma resposta, sem permitirem qualquer variante.

O segundo bloco, da questão n.º 7 à questão n.º 13, é constituído por questões maioritariamente abertas sobre a formação inicial e sobre a formação contínua, referentes à preparação para o trabalho com crianças portadoras de NEE, cobrindo os seguintes aspectos:

- experiência profissional ligada ao apoio de crianças portadoras de NEE;
- percepção da sua preparação para trabalhar com crianças portadoras de NEE;
- percepção das dificuldades sentidas na acção educativa com crianças portadoras de NEE;
- o tipo de estratégias adoptadas na acção educativa com crianças portadoras de NEE;

-
- percepção de como a formação contínua poderá minimizar as dificuldades na actividade educativa com crianças portadoras de NEE.

Do terceiro bloco, da questão n.º 14 à questão n.º 22, fazem parte questões que pretendem recolher elementos de opinião relativamente à Formação Contínua, nomeadamente:

- Obrigatoriedade da formação contínua;
- Razões de participação nas acções de formação contínua;
- Percepção sobre as instituições mais vocacionadas para promoção da formação contínua;
- Conhecimento sobre quais as modalidades de formação mais adequadas para a realização da formação contínua;
- O papel dos docentes ao nível da elaboração do planeamento das acções de formação que frequentam;
- Os objectivos que as instituições que prestam formação deverão ter em conta quando elaboram os seus planos formativos;
- Acções de formação frequentadas na área das NEE ou áreas afins, temáticas abordadas e cargas horárias das referidas acções.

O último bloco, claramente distinto dos restantes, II Parte do questionário, é formado por quinze itens tendo cada um deles seis possibilidades de resposta tipo Likert com as seguintes categorias A) Concordo completamente, B) Concordo muito, C) Concordo, D) Discordo, E) Discordo muito e F) Discordo completamente.

Todos estes quinze itens destinam-se a obter dados de opinião dos inquiridos sobre o contributo dado pelas acções de formação, por eles frequentadas, no domínio das NEE ou afins, para o seu próprio desenvolvimento profissional, no âmbito da sua actividade docente.

Aquando da construção deste tipo de escalas procurámos que cada item só possuísse uma única ideia, para não equivocar a pessoa inquirida, exprimisse uma convicção e não uma ocorrência, tivesse em conta o nível de linguagem do indivíduo, fosse curto e simples no enunciado, designasse uma ideia completa, fosse referido na voz activa e tivesse em consideração que o alvo da acção medida fosse o sujeito da frase.

O formato do questionário e o aspecto gráfico foi também matéria abordada com particular cuidado, pois a apresentação pouco cuidada pode originar o não preenchimento do mesmo.

Como nos indica Bell (1997), organizámos o questionário com instruções simples sobre o seu preenchimento, formulámos as perguntas de forma clara e perceptível e com espaço necessário para serem assinaladas ou justificadas as respostas.

1.6. Procedimentos

O questionário foi administrado aos professores pelo método de aplicação directa a partir de Março de 2006. O próprio inquirido após lhe terem sido fornecidas todas as informações úteis, preencheu-o e devolveu-o. Procurámos que houvesse sempre disponibilidade para prestar qualquer esclarecimento em relação ao seu preenchimento.

Com esta prática foi-nos facilitada a quantificação de uma diversidade de dados que apresentaremos no próximo capítulo do presente trabalho.

No entanto podemos referir que esta técnica não valoriza o ambiente em que os inquiridos estão inseridos e poderá originar uma ligeira superficialidade nas respostas.

Não obstante algumas das desvantagens referidas, consideramos que esta técnica se ajusta de forma satisfatória ao estudo que pretendemos efectuar.

Procurámos, por outro lado, respeitar normas de natureza ética que se colocam aquando da realização de trabalhos de investigação em Ciências Sociais e Humanas. Os padrões éticos que devemos ter em conta na realização de uma numa pesquisa são, regra geral, os seguintes:

- solicitar o consentimento dos sujeitos para a realização do estudo;
- assegurar o anonimato dos sujeitos;
- tratamento respeitador dos sujeitos;
- comunicar os objectivos do estudo;
- solicitar autorização para a publicação dos resultados.

A observância destes padrões permite-nos, na opinião de Bogdan e Biklen (1994), que possamos executar futuras pesquisas, sem que nos seja recusado o consentimento para a realização das mesmas.

A ética, para os mesmos autores, é uma palavra com grande significado emocional e composta por diversas interpretações. Referem, ainda, que *“nada pode ser mais devastador para um profissional do que ser acusado de uma prática pouco ética (...)”*

Bogdan e Biklen (1994:75).

Desta forma, antes da distribuição dos instrumentos de recolha de dados foi requerida a referida autorização junto das entidades responsáveis, nomeadamente, os Conselhos Executivos e a Direcção Regional de Educação do Alentejo.

Aos respectivos órgãos de gestão foi comunicado o objectivo da nossa investigação, sendo fornecidas a garantia do respeito à privacidade, tal como anonimato e à confidencialidade e requerida a cooperação livre de todos os professores.

1.7. A Análise de Conteúdo

Os dados recolhidos nas entrevistas exploratórias e nas resposta às questões abertas do questionário foram submetidos a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo do material verbal registado adoptou os principais procedimentos indicados na literatura da especialidade (Estrela, A., 1984; Vala, 1986; Bardin, 1991). Destacamos, de entre esses procedimentos: uma primeira fase de leitura flutuante do material obtido, a que se seguiu uma leitura exaustiva que deu lugar ao desdobramento do texto em unidades de registo, de modo a poderem ser reagrupadas em indicadores, sub-categorias e categorias de conteúdo semelhante.

Tomou-se como unidade de contexto -“*segmento de mensagem, cujas dimensões são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo*” (Bardin, op. cit.: 107) a resposta a cada pergunta.

O processo de categorização pautou-se por algumas das principais regras a observar, segundo a literatura especializada, nomeadamente, a exclusividade mútua e a exaustividade.